

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E  
TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

**DIRCELENE MELO VANDELLI**

**A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA LIBERTADORA  
COMO PRÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS.**

**São Paulo - SP**

**2016**

**DIRCELENE MELO VANDELLI**

**A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA LIBERTADORA COMO PRÁTICA NA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* São Paulo, para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Carvalho dos Santos

**São Paulo - SP**

**2016**

V226c Vandelli, Dircelene Melo.

A concepção pedagógica libertadora como prática na educação de jovens e adultos / Dircelene Melo Vandelli. São Paulo: [s.n.], 2016.

39 f.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elaine Carvalho dos Santos.

Monografia (Especialização Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2016.

1. Pedagogia libertadora 2. Pedagogia emancipadora 3. Pedagogia transformadora I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo II. Título

CDD 372

**DIRCELENE MELO VANDELLI**

**A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA LIBERTADORA COMO PRÁTICA NA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – *Campus* São Paulo, para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo

.

## **Dedicatória**

**Dedico a Deus, que todos os dias renova as minhas forças me dando  
esperança de um amanhã melhor.**

## **Agradecimentos**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades ao longo deste período como universitária.

Ao IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, ao corpo docente, à direção e a administração que oportunizaram a realização do Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos.

À minha orientadora Professora Doutora Eliane Carvalho dos Santos, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, mas muito valiosa colaboração, valorizando cada passo e estimulando cada progresso.

Agradeço também a todos os professores pelo conhecimento transmitido durante o processo de formação profissional, assim como a manifestação do caráter e afetividade para com todos nós alunos.

À minha família, pelas vezes que me ausentei de casa e mesmo assim me incentivaram a continuar nessa jornada.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Paulo Freire

## RESUMO

A história da Educação de Jovens e Adultos (Eja) no Brasil apresenta uma trajetória marcada por muitas lutas e conflitos relacionados ao acesso, qualidade e diversidade do ensino e, ao longo da História da Educação no país, esteve relacionada com a diminuição da exclusão de parcelas da população ao sistema de ensino, o que levou a um alto número de analfabetos, e uma educação elitizada onde o acesso era para poucos.

A Eja é amparada pela Constituição Federal de 1988, que no artigo 205 declara que educação é um direito de todos, e também é assegurada pelo artigo 208 quando diz que a educação é um dever do Estado, e deve ser garantida sua oferta gratuita, inclusive para todos aos que a ela não tiveram acesso na idade própria. Em sua definição apresentada pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes de Bases – LDB (Lei n. 9.394/96) também informa que a Eja será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio em idade própria.

Este estudo buscou compreender a concepção pedagógica libertadora aplicada na Educação de Jovens e Adultos, pois entendemos que a pedagogia progressista é aquela que mais consegue atender às necessidades desta modalidade, levando o sujeito a tomar consciência de si, ou seja, uma educação que conscientiza para a autonomia e a liberdade.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que busca por meio de documentos compreender a concepção libertadora e suas potencialidades na Eja.

**Palavras-chaves:** Pedagogia libertadora; Emancipadora; Problematizadora Transformadora.

## **ABSTRACT**

The history of Youth and Adult Education (Eja) in Brazil has a trajectory marked by many struggles and conflicts related to access, quality and diversity of education and, throughout the History of Education in the country, was related to the reduction of the exclusion of Plots of the population to the education system, which led to a high number of illiterates, and an elite education where access was few. Eja is supported by the Federal Constitution of 1988, which in article 205 states that education is a right of all, and is also guaranteed by article 208 when it says that education is a duty of the State, and must be guaranteed its free offer, including For all those who had no access to it at their own age. In its definition presented by article 37 of the Law of Basic Guidelines - LDB (Law No. 9.394 / 96) also informs that the Eja will be destined to those who did not have access or continuity of studies in primary and secondary education in their own age.

This study sought to understand the liberating pedagogical conception applied in the Education of Youths and Adults, since we understand that progressive pedagogy is the one that most can meet the needs of this modality, causing the subject to become aware of himself, that is, an education that Autonomy and freedom. A bibliographical research was carried out that searches through documents, to understand the liberating conception and its potentialities in Eja.

**Key words:** Liberating pedagogy; Emancipating; Problematizing; Transformative.

## **Lista de abreviações e siglas**

<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>CEB</b>	Câmara de Educação Básica
<b>CES</b>	Centro de Estudos Supletivos
<b>CONFINTEA</b>	Conferência Internacional de Educação de Adultos
<b>LDBEN/9394</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>MEC</b>	Ministério da Educação do Brasil
<b>MOBRAL</b>	Movimento Brasileiro de Alfabetização
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PUC-SP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>SESI</b>	Serviço Social da Indústria
<b>IDAC</b>	Instituto de Ação Cultural
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>SMED-SP</b>	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
<b>CEAA</b>	Centro de Educação de Adolescentes e Adultos
<b>SEA</b>	Serviço de Educação de Adultos
<b>CNAIA</b>	Comissão Nacional Para o Ano Internacional da Alfabetização
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMARIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>13</b>
<b>3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>14</b>
<b>4 REFLEXÃO SOBRE A PEDAGOGIA LIBERTADORA.....</b>	<b>20</b>
4.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DE PAULO FREIRE.....	20
4.2 PEDAGOGIA LIBERTADORA.....	23
<b>5 A CONCEPÇÃO NA ATUALIDADE DA EJA .....</b>	<b>27</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história da Educação de Jovens e Adultos (Eja) no Brasil apresenta uma trajetória marcada por muitas lutas e conflitos relacionados ao acesso, à qualidade e à diversidade do ensino e, ao longo da História da Educação no país, esteve relacionada com a diminuição da exclusão de parcelas da população ao sistema de ensino o que levou a um alto número de analfabetos.

Com a mudança na economia a partir da segunda metade do século XX, quando o país passa por um longo processo de industrialização e urbanização, para atender a esse modelo de sociedade foi necessário a formação de uma mão-de-obra mais qualificada, levando a necessidade de alfabetizar os que haviam sido excluídos da escola no passado.

Desta forma, a educação foi remodelada de acordo com as necessidades sociais dos períodos políticos vigentes em cada época e pelas características econômicas que o país adotou.

A educação de jovens e adultos tem duas funções, quais sejam de reparação e emancipação com a finalidade de garantir a dignidade e o acesso escolar do jovem e do adulto.

Na atualidade esta modalidade está amparada por leis, a fim de fazer valer o direito universal à educação, porém, as leis ainda se distanciam da prática do sistema de ensino.

Outra característica desta modalidade está relacionada à sua diversidade, que estão implícitas nas práticas educativas em respeito a sua finalidade, e, nas concepções pedagógicas. A diversidade também é apresentada por meio das instituições que atuam direta ou indiretamente neste processo, por fim, a diversidade apresentada na figura do professor.

A Eja tem um contexto que a difere das demais modalidades de estudos, pois, ela abrange todas as pessoas que não tiveram o acesso a escola na idade convencional e por isso ela, trata de alunos com muita vivência e experiência de vida.

A Eja é amparada pela Constituição Federal de 1988, que no artigo 205 declara que educação é um direito de todos, e também é assegurada pelo artigo 208 quando diz que a educação é um dever do Estado, e deve ser garantida sua oferta gratuita, inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Em

sua definição apresentada pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 9.394/96) informa que a Eja “será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Por ser uma modalidade com muitas especificidades, trata de um público bastante heterogêneo o que por sua vez necessita de um professor com a competência ampliada, que tenha uma concepção e uma prática pedagógica que possibilite atender as necessidades deste público. O professor deve compreender a realidade, compreender os aspectos sociais e culturais relacionados e inerentes a este público.

Muito importante ressaltar que basear-se na realidade é fundamental para conseguir apresentar uma pedagogia apropriada, com sequências didáticas interessantes, participação ativa entre os alunos, ou seja, uma prática pedagógica autêntica onde o foco deve ser na pessoa e não no conteúdo.

As concepções de ensino decorrem de ideias pedagógicas, logo, remete ao modo de realizar o ato educativo e neste sentido a educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que de maneira inevitável estendem os limites da escolarização em sentido exato.

Por este motivo se torna pertinente tratar neste contexto da pedagogia libertadora, da qual Paulo Freire foi o criador, pois pensava na conscientização atrelada à alfabetização de jovens e adultos. Onde deve se levar em consideração o sujeito e respeitar sua autonomia e liberdade que são os conceitos mais usados nesta pedagogia.

A educação de Jovens e Adultos no Brasil, agora que começa a ser tema de discussões para se chegar a uma atuação que atenda este público de maneira que o empodere e tome consciência de si e que tomando consciência se si mude sua realidade social.

A pedagogia libertadora exige do professor a criticidade, o diálogo que são meios de ensinar uma pedagogia progressista, para que possa levar o educando a refletir sobre sua realidade.

Tratar sobre a Educação de Jovens e adultos é falar de uma luta que persiste na tentativa de que por meio da educação se diminuam as desigualdades sociais. Outra questão que também permeia a Eja é a formação de professores que efetivamente entenda qual é o seu papel na educação.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa empreendida objetivou compreender a concepção pedagógica libertadora aplicada na Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, utilizou-se a revisão bibliográfica ou documental a fim de contextualizar historicamente a concepção libertadora, refletir sobre a educação de jovens e adultos e ainda, analisar a educação libertadora na atualidade da Eja, fundamentada na metodologia de ensino de Paulo Freire.

Segundo Ceribelli, a pesquisa bibliográfica ou documental é:

“Aquela que se baseia em livros e documentos, isto é, em fontes primárias e secundárias existentes em bibliotecas, arquivos, museu, etc. A pesquisa bibliográfica é um meio de formação por excelência que vem sendo muito utilizado na área de ciências humanas, [...]” (CERIBELLI, 2003, P.53)

Considerando que a Eja está inserida num contexto que a difere das demais modalidades de ensino, sendo destinada as pessoas que não tiveram acesso a escola em idade própria, conforme está previsto no art. 37 da LDB nº 9.394/1991. Nessa perspectiva, o educando da Eja precisa de uma prática educativa que atenda suas necessidades básicas de vida para que possam expor suas ideias a partir de suas experiências e conhecimento de mundo.

Daí a relevância de tratar nesse contexto a pedagogia libertadora de Paulo Freire, atrelada a prática na Educação de Jovens e Adultos que vá além dos conteúdos, desenvolvendo um trabalho crítico que valorize a realidade do educando.

Freire (1996) afirma que alfabetizar é uma arte, e que esta por sua vez só se aprende vivenciando. Sendo assim, ao tentar fazer o melhor na prática educativa, o professor ultrapassa os conteúdos pré-elaborados e os pressupostos teóricos, não se limitando a eles, mas criando e recriando seu fazer docente na vivência de ensinar e aprender..

### 3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O fato é que a educação foi ao longo do tempo e ainda continua sendo usada como interesse político e econômico, principalmente a educação de jovens e adultos. Por este motivo, a história da educação no Brasil vem mudando seu cenário de acordo com o período político vigente na época, com isto, beneficia apenas alguns, e assume a característica de educação fragmentada, composta por um ensino elitista e propedêutico. Sampaio acrescenta que é “Algo inferior, para cidadãos inferiores”. Essa concepção fomenta o preconceito contra seu público: adulto analfabeto, [...] que tem sido profundamente internalizado por estas pessoas que se julgam sem direito à educação”. (SAMPAIO, 2009, p.16)

Ao fazer uma análise da trajetória da história de educação brasileira a partir das questões colocadas, entende-se que por conta disto o analfabetismo representa um número bastante expressivo.

Neste sentido, faz-se necessário iniciarmos a discussão com a história da educação de Jovens e adultos no Brasil e suas mudanças, a fim de tornar pública e explorar o universo da educação, ao longo dos anos até chegar aos dias atuais.

A história da educação no Brasil começa com a chegada dos jesuítas, em 1549, que vieram para cá com o objetivo de catequizar e ensinar o catolicismo aos índios, na qual este processo já apresenta uma negação a cultura indígenas. Entretanto a língua indígena era uma barreira à exploração e a dominação portuguesa. “No Brasil Colônia, a referência à população adulta era apenas de educação para a doutrinação religiosa, abrangendo um caráter muito mais religioso que educacional” (PORCARO, 2004, p.1).

É possível ver uma educação sem uma estrutura e sem coerência na época do Brasil colônia. Com um modelo europeu, os jesuítas formaram as escolas de primeiras letras e colégios formadores de sacerdotes e nem toda a colônia tinha acesso a educação, pois era um privilégio da nobreza, assim, o ensino superior no Brasil não era permitido pelo governo português, após 11 anos de estudo, tinha que cursar o ensino superior em Portugal, para aquela época, saber ler, era considerado suficiente.

Strelhow acrescenta que:

Se olharmos para a educação brasileira, desde o período colonial, poderemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas “indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional”. A Companhia Missionária de Jesus tinha a função básica de catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. (STRELHOW, 2010, p. 51)

Nesse contexto, os jesuítas assumiram a educação dos filhos dos portugueses e, por conseguinte, foram responsabilizados em criar os primeiros colégios no Brasil, as escolas tinha um caráter de internatos, e os alunos eram compostos pela elite colonial e o método pedagógico era de repetição, memorização e provas periódicas.

No Brasil império os fatos históricos marcaram esta época que era época do capitalismo industrial, independência em 1822, constituição de 1824 e as transformações culturais. Durante todo este período o ensino continuou sendo para os filhos dos nobres e o ensino era voltado somente para o egresso na faculdade.

O Brasil foi dominado politicamente e explorado economicamente durante três séculos por Portugal, entretanto surgia um novo contexto da economia mundial, a expansão do capitalismo, assim houve um enfraquecimento econômico e político de Portugal, diante disso o Brasil alcança a sua autonomia política e econômica.

Nesse âmbito, em 1824, o Brasil ganha sua primeira carta Magna, a Constituição, após a Proclamação da República, e nesse documento em seu artigo 179 a educação foi destacada com a "instrução primária e gratuita deveria ser para todos os cidadãos do império".

Ao contrário, mesmo com a criação de escolas em todas as províncias determinada pelo decreto de 1827 a população não tinha acesso, pois as escolas não tinham infraestrutura e tampouco um planejamento para a educação e mesmo porque era a escravidão.

O primeiro censo de 1872 mostra que a população total no Brasil era de 9.930.478 pessoas sendo que destas 8.365.024 pessoas eram analfabetos (PAIVA; et.al, 2012).

O reforço do analfabeto como incapaz e ignorante, foi um dos impedimentos colocados pela Lei Saraiva em 1881, que originou as eleições diretas (BRASIL, 1881). Sobre este assunto, Besserra e Fonseca (2014) dizem que:

Até o final do Império não se havia colocado em dúvida a capacidade do analfabeto, já que era essa a condição da maioria da população, inclusive das elites rurais. A partir desse momento, começaram a circular discursos, identificando o analfabeto à dependência e incompetência para justificar o veto ao voto do analfabeto.

Entrando para o período do Brasil República, e foi nesta época que a educação de jovens e adultos começou a ganhar notoriedade, de acordo com Fonseca, (2012) foram na década de 20 que aumentou a demanda da mão de obra, devido ao crescimento industrial e também pelos movimentos sociais que a Educação de Adultos se tornou “uma questão política educacional”, por meio da construção de escolas noturnas para adultos, através do decreto nº 16.782/A, 13 de janeiro de 1925. Com a constituição de 1934 estas ações foram consolidadas e passou a ser obrigatório e gratuito o ensino primário para todos e com isto a confirmação da educação de jovens e adultos como questão política educacional.

Segundo Friedrich:

A EJA emerge de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. (FRIEDERICK, 2010, p.392).

As ações importantes ocorreram na década de 40, como o Fundo Nacional de Ensino Primário, foi criado em 1942 e tinha como objetivo expandir a oferta de Educação primária para Jovens e Adultos.

Com o processo de industrialização e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942, a educação profissional passa a ser vislumbrada como importante veículo para que os cidadãos tenham acesso às conquistas tecnológicas da sociedade como um todo, instrumento para a compreensão do processo produtivo, como instrumento de apropriação do saber tecnológico, de reelaboração da cultura do trabalho, de domínio e geração do conhecimento no seu campo profissional que deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. É nesse momento que a qualificação profissional passa a se instituir dentro da EJA (FRIEDRICH, ET. AL. 2010, P. 392).

Em 25 de agosto de 1945 foi aprovado um decreto de nº 19.513 se tornou oficial a Educação de Jovens e Adultos; em 1947 foi instituída a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) “que buscou fornecer subsídios para

infraestrutura dos estados e municípios, e Serviço de Educação de Adultos (SEA), com a finalidade de orientar os planos anuais para o ensino supletivo, (FONSECA, 2012, P.61)”; (BESSERA;e BARRETO, 2014).

Desde então foram lançados novos projetos e campanhas, como: o Movimento de Educação de Base (MEB), sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961).

Entretanto, segundo Porcaro, começa a surgir então a idéia de que a estrutura social que causava o analfabetismo poderia sofrer interferência do processo educativo se a educação proposta partisse de uma análise crítica da realidade “existencial dos educandos”. (PORCARO, 2004, p.2)

Ainda de acordo com autora citada acima,

“Na percepção de Paulo Freire, portanto, educação e alfabetização se confundem. Alfabetização é o domínio de técnicas para escrever e ler em termos conscientes e resulta numa postura atuante do homem sobre seu contexto. Essas ideias de Paulo Freire se expandiram no país e este foi reconhecido nacionalmente por seu trabalho com a educação popular e, mais especificamente, com a educação de adultos. Em 1963, o Governo encerrou a 1ª Campanha e encarregou Freire de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos ( PNA, ANO p.2).

O trabalho de Paulo Freire foi rompido em 1964 com a instauração do Golpe Militar e as propostas passaram a ser vista como ameaças e neste período Freire foi exilado e os programas de alfabetização de adultos passaram a ter cunho assistencialista e conservador (FRIEDRICH; ET. AL.2010); (PORCARO, 2004).

Se esta educação só é possível enquanto compromete o educando como homem concreto, ao mesmo tempo o prepara para a crítica das alternativas apresentadas pelas elites e dá-lhe a possibilidade de escolher seu próprio caminho. E aqui nos referimos não apenas à teoria, mas também à experiência com algumas centenas de milhares de trabalhadores brasileiros: uma parcela significativa desta massa se incorporou às atividades sindicais e às lutas concretas dos trabalhadores em defesa dos seus interesses (FREIRE,1967, P.23) .

Em 1967 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), devido à problemática do analfabetismo adulto que ainda persistia, este movimento tinha como público a população de 15 a 30 anos e tinha como objetivo alfabetização

funcional, ou Eja, “aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo” (PORCARO, 2004, p.2).

Entretanto em 1971 o ensino supletivo foi regulamentado através da LDB, lei nº. 5.692, no qual apresenta Art. 24 a finalidade do ensino supletivo:

- a) suprir, a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
  - b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.
- Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, p.6).

Com a regulamentação do supletivo, o Ministério da Educação-MEC implantou os Centros de Estudos Supletivos (CES) EM 1974, e que logo perdeu sua efetividade, pois, foram influenciados pelo tecnicismo e logo foi evadido pelo individualismo e pela certificação superficial e rápida.

Com o fim do Golpe Militar em 1985, o MOBRAL foi extinto e a Fundação Educar passou a ocupar o seu lugar.

Em 1989 foram convocados especialistas para a discussão do Ano Internacional da Alfabetização definido pela UNESCO para 1990. Data em que foi fundada a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA), porém a mesma é desarticulada pela ocasião da extinção da Fundação EDUCAR. No ano Internacional da Alfabetização (1990), vários debates foram realizados por instituições governamentais e não governamentais no sentido de encontrar estratégias para erradicar o analfabetismo no Brasil, (FRIEDRICK, et.al., 2010, P. 399).

De acordo com Porcaro, nos anos 90, “o desafio da Eja passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a universalização do ensino fundamental de qualidade”. O reconhecimento da importância da EJA em nível internacional aconteceu por causa das conferências organizadas pela UNESCO, que foi criada pela ONU para desenvolver a educação dos países em desenvolvimento. (PORCARO, 2004, p.3)

Sobre a década de 90, Fonseca acrescenta que, duas grandes ações foram responsáveis “para concretização da Educação de Jovens e Adultos como política

educacional: o Plano Decenal, em 1994, e em 1996, a lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LBDN (Lei n. 9.394\96)”. (FONSECA, 2012. p.63)

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996, P.19).

Importante destacar também sobre o artigo 3º da LDB quando fala da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, sobre o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, garantia de padrão de qualidade, valorização da experiência extra-escolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, (Brasil, 1996).

Em 2000 foi criada Lei de Diretrizes de Bases para a Educação de Jovens e Adultos, que foi o Parecer CEB nº: 11/2000, estabelecendo três funções da Eja como: Função reparadora, função equalizadora e educação permanente que foi chamada de qualificadora.

## 4 REFLEXÃO SOBRE A PEDAGOGIA LIBERTADORA.

### 4.1 UM POUCO DA HISTORIA DE PAULO FREIRE

Paulo Freire foi um dos mais importantes educadores do século XX, considerado um dos pensadores mais expressivos. Nascido em 19 de setembro de 1921, é autor de cerca de 40 obras, traduzidas em mais de 20 idiomas. Nascido no Recife teve uma infância pobre e foi o contato com uma realidade, aprendeu a escrever sob as sombras da mangueira no quintal de casa, (BRANDÃO, 2005).

“Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.” (FREIRE, 2000, P.38).

Formado pela Faculdade de Direito de Recife, teve seus métodos e suas idéias aceitas fora do país. Foi professor de língua portuguesa no colégio Oswaldo Cruz e diretor do setor de educação e cultura do Sesi (Serviço Social da Indústria) de 1947 a 1954 e também superintendente de 1954 a 1957. Junto com outros educadores e pessoas interessadas na educação escolarizada fundou o Instituto Capibaribe (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1991).

Durante o governo militar no Brasil os livros foram proibidos e suas idéias consideradas ameaçadoras e nas escolas e universidade foi proibido pronunciar o nome de Paulo Freire. Entretanto, isto não foi empecilho para que Paulo Freire recebesse tantas homenagens e títulos aqui e fora do Brasil, recebeu o título de Doutor Honoris Causa, devido o seu nome servir de inspiração para mais de quarenta universidades no Brasil e de outros países, (BRANDÃO, 2005).

A seguir é apresentado a cronologia de Paulo Freire, onde é possível entender um pouco da sua história dentro da educação.

**Quadro1- Cronologia de Paulo Freire**

PERÍODO	ACONTECIMENTO
<b>1921</b>	Paulo Freire nasce em Recife, no dia 19 de setembro.
<b>1927</b>	Entra já alfabetizado, para a escolinha particular da professora Eunice Vasconcelos.

<b>1931</b>	Mudança para Jaboatão dos Guararapes/PE.
<b>1934</b>	Morte do pai quando Paulo tinha 13 anos.
<b>1937 a 1942</b>	Cursa o Ensino Secundário no Colégio Osvaldo Cruz, do Recife, onde teve seu primeiro emprego, tornando-se, em 1942, professor de língua portuguesa do mesmo.
<b>1943</b>	Ingressa na Faculdade de Direito do Recife.
<b>1947</b>	Forma-se Bacharel em Direito.
<b>1944</b>	Casa-se com Elza Maia Costa de Oliveira.
<b>1947</b>	Assume a Diretoria da Divisão de Educação e Cultura, do SESI-Pernambuco.
<b>1952</b>	Nomeado Professor Catedrático da Faculdade de Belas Artes, da Universidade do Recife.
<b>1954</b>	Foi nomeado Diretor Superintendente do Departamento Regional de Pernambuco do SESI-PE, cargo que ocupou até outubro de 1956.
<b>1960</b>	Defende tese e obtém o título de Doutor em Filosofia e História da Educação.
<b>1961</b>	Foi-lhe conferido o título de Livre Docente da Faculdade de Belas Artes. Tendo perdido o cargo de docente desta Escola, foi nomeado Professor Assistente de Ensino Superior, de Filosofia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Recife.
<b>1962</b>	Cria e foi o primeiro Diretor do Serviço de Extensão Cultural, da Universidade do Recife.
<b>1963</b>	Realiza a Experiência de Alfabetização de Angicos/RN. Cria as bases do Programa Nacional de Alfabetização, do Governo João Goulart.
<b>1964</b>	Golpe Militar extingue o Programa Nacional de Alfabetização. Prisão no Recife. Asilo na Embaixada da Bolívia, no Rio de Janeiro. Em setembro parte para a Bolívia. Em novembro segue para o Chile
<b>1965</b>	Publica o livro <i>Educação Como Prática da Liberdade</i> .
<b>1967 a 1968</b>	Escreve no Chile o livro <i>Pedagogia do Oprimido</i> .

<b>1969</b>	Muda-se para Cambridge, Massachussetts, USA.
<b>1970</b>	Transfere-se para Genebra, Suíça, para trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas, passa a “andarilhar” pelos cinco continentes.
<b>1971</b>	Funda, com outros exilados, o Instituto de Ação Cultural (IDAC), em Genebra. dedica-se de modo especial ao trabalho de educação em alguns países africanos.
<b>1979</b>	Obtém seu primeiro passaporte e visita São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.
<b>1980</b>	Retorna ao Brasil, para lecionar na PUC/SP e na Unicamp.
<b>1981</b>	Participa da fundação do Vereda - Centro de Estudos em Educação, em São Paulo.
<b>1982</b>	Publica <i>A importância do ato de ler em três artigos que se completam</i> , livro que mereceu, em julho de 1990, o “Diploma de Mérito Internacional”, concedido pela “ <i>International Reading Association</i> ”, na Suécia. Deste ano até 1992, escreve os “livros falados”, isto é, livros nos quais, estimulado por outros educadores, narrava a sua vida e explicitava as suas reflexões.
<b>1986</b>	Recebe o Prêmio Unesco da Educação para a Paz. No dia 24 de outubro morre sua primeira esposa, Elza Maia Costa de Oliveira.
<b>1987</b>	Passa a integrar o júri internacional da Unesco, que escolhe e premia as melhores experiências de alfabetização do mundo.
<b>1988</b>	No dia 27 de março, casa-se em cerimônia religiosa, no Recife, com Ana Maria Araújo Hasche e, em 19 de agosto, em cerimônia civil.
<b>1989</b>	Assume o cargo de Secretário de Educação da cidade de São Paulo.
<b>1991</b>	Afasta-se da SMED-SP para escrever livros. Retorna a lecionar na PUC/SP. Demite-se da UNICAMP.
<b>1988 a 1997</b>	Volta depois de 10 anos a escrever livros autorais: <i>Pedagogia da esperança</i> . <i>Cartas a Cristina: reflexões sobre a minha vida e minha práxis</i> . <i>Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar</i> . <i>Política e educação</i> . <i>À sombra desta mangueira</i> e <i>Pedagogia da Autonomia</i> , além de outros com diversos educadores e inúmeros

	artigos e conferências.
<b>1997</b>	Faleceu no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, no dia 02 de maio, vítima de um infarto agudo do miocárdio. Deixou cinco filhos e viúva.

A relação de Paulo Freire com a educação, principalmente com a Eja, será mencionada a partir deste trecho, quando será abordada a pedagogia libertadora anunciada por Paulo Freire, pois ele foi um grande divulgador e inspirador da pedagogia libertadora.

Paulo Freire acreditava que era possível que homem deixasse de ser oprimido, à partir do momento em que ele conseguia fazer uma leitura crítica do mundo. Ele acreditava na educação como uma prática para a liberdade, onde a alfabetização não se separa da conscientização.

Que é possível que mesmo na escola, o educador busque conteúdos programáticos diferenciados, entretanto, lembrando que a proposta é criar metodologia que questione o mundo, mesmo que seja criança, jovens e adultos, devem tomar consciência de si.

Autonomia e liberdade estão ligadas ao conceito sócio histórico na educação, pois, a educação está ligada diretamente à realidade social vivida pelos alunos e à história de vida de cada um.

## **4.2 PEDAGOGIA LIBERTADORA**

Partindo do pressuposto que quanto mais conhecimento o povo tem mais próximo de sua emancipação intelectual, e conseqüentemente o empoderamento político, essa afirmação atinge os interesses políticos.

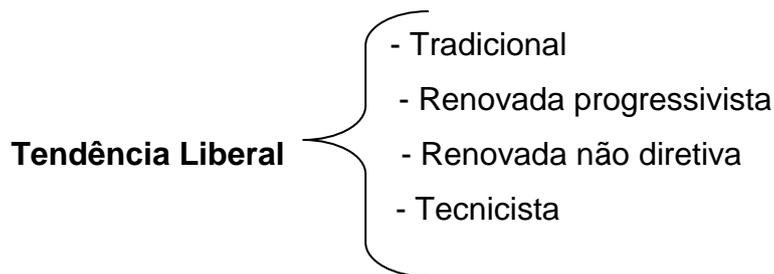
A pedagogia Libertadora tem como princípio a transformação do homem por meio da educação e esta pedagogia foi pensada por Paulo Freire.

Mas antes de começar a reflexão sobre a pedagogia libertadora, faz-se necessário explicar sobre as tendências pedagógicas a fim de esclarecer em qual contexto se localiza a pedagogia libertadora.

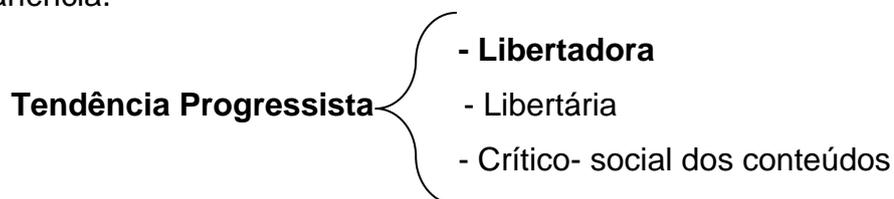
As tendências pedagógicas originaram dos movimentos sociais, em tempos e contextos históricos distintos e forma as tendências que influenciam as práticas

pedagógicas com o objetivo de atender às perspectivas da sociedade, incluído a classe dos trabalhadores e a classe dominante, (QUEIROZ E MOITA, 2007).

As tendências pedagógicas segundo Libâneo são divididas em dois grupos que são: tendências liberais (onde se inclui a tradicionais, renováveis e as tecnicistas) e progressistas (onde são inclusas a libertadora e a libertária e a crítico-social dos conteúdos), exemplificadas abaixo, (LUCKESI, 2012, *apud* LIBANEO,1992)



As tendências apresentadas acima têm características de reprodução de conteúdo. A tendência liberal está relacionada com o sistema capitalista, onde a escola ensina para o mercado de trabalho, espalha a idéia de igualdade de oportunidade, entretanto, desconhece a desigualdade de condições de acesso e permanência.



A tendência progressista tem como principal característica a transformação. Em seu contexto esta tendência está relacionada com a autonomia e liberdade, ou seja, pensa no homem livre, que é capaz de transformar o meio onde ele vive.

Libâneo, (1992), diz que as tendências não são manifestações puras e exclusivas, em alguns casos elas se complementam e em outras elas divergem. Portanto, sua descrição pode funcionar como um instrumento de reflexão para o professor analisar sua prática na sala de aula.

As características da pedagogia libertadora (QUADRO 2) são baseadas no método Freiriano, em que o centro é a educação não formal:

Papel da escola: o ensino escolar não é próprio da pedagogia libertadora, uma vez que sua atuação é “não formal”. Nesta prática professores e alunos são mediatizados pela realidade em que vivem e dela extraem o conteúdo de

aprendizagem, com isto enxergam a realidade e passa atuar sob ela a fim de, chegarem à transformação social, (LIBÂNEO, 1992).

Os conteúdos de ensino são voltados para a realidade do aluno, ou seja, aquilo que é vivido deve ser considerado e só assim a educação faz sentido. Para Freire a educação libertadora é construída a partir de uma educação problematizadora, tendo como base perguntas que provoquem novas respostas, pautadas no diálogo crítico. “A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos”, (FREIRE, 1967, P.4).

Os métodos de ensino são baseados no diálogo, pois a alfabetização de adultos necessita de uma relação de diálogo autêntico entre educadores e educando.

Os passos da aprendizagem estão baseados na codificação-decodificação, juntamente com a problematização da situação que segundo Libâneo, (2012, P.8),

“[...] permitirão aos educandos um esforço de compreensão do "vivido", até chegar a um nível mais crítico de conhecimento e sua realidade, sempre através da troca de experiência em torno da prática social. Se nisso consiste o conteúdo do trabalho educativo, dispensam um programa previamente estruturado, trabalhos escritos, aulas expositivas assim como qualquer tipo de verificação direta da aprendizagem, formas essas próprias da "educação bancária", portanto, domesticadoras. Entretanto admite-se a avaliação da prática vivenciada entre educador-educandos no processo de grupo e, às vezes, a autoavaliação feita em termos dos compromissos assumidos com a prática social”.

O relacionamento entre professor-aluno deve ser pautado no diálogo e a relação deve ser horizontal. O educador deve ter respeito à liberdade do educando e na relação entre a realidade, pois ambos deverão se posicionar como sujeitos no ato do conhecimento.

Pensar nesta concepção pedagógica como uma solução na busca por uma educação onde trabalhe a autonomia e liberdade do sujeito. Entretanto também levanta questão como será que o educador está preparado para agir numa ação reflexiva: será que a formação dá base para levar o aluno a ação da reflexão e que ele tome consciência de si no mundo?

Com isto, deve-se considerar três aspectos pedagógicos que na Educação de Jovens e Adultos se fazem necessários: o ideal pedagógico; a realidade pedagógica e o método pedagógico.

**Quadro2- Síntese da pedagogia progressista libertadora**

Em Nível Individual	Em nível social
Aluno constantemente ativo, observando, formulando perguntas, expressando percepções e opiniões;	População conhecedora de sua própria realidade e reação à valorização excessiva do externo;
Aluno motivado pela percepção de problemas reais cuja solução se converte em reforço;	Métodos e instituições originais, adequados a própria realidade;
Aprendizagem ligada a aspectos significativos da realidade;	Redução da necessidade de um líder, pois líderes são emergenciais;
Análise, avaliação, compreensão, extrapolação e etc.;	Elevação do nível médio de desenvolvimento intelectual da população, graças à maior estimulação e desafio;
Intercâmbio e cooperação com os demais membros do grupo;	Criação (ou adaptação) de tecnologia viável e culturalmente compatível;
Superação de conflitos como integrante natural da aprendizagem grupal;	Resistência a dominação por classes e países.
Status do professor não difere do status do aluno;	

**Fonte:** CABRAL, MARTINS, 2009, P. APUD BEHRENS, M. A. 1999

## 5 A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA NA ATUALIDADE DA EJA

“[...] saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se com sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 12).

A frase de Paulo Freire descrita acima leva a uma reflexão sobre a relação entre educador e educando e como se dão as práticas pedagógicas neste contexto e é sob esta ótica que será tratado as concepções da Eja.

Cada vez mais os debates em relação às práticas pedagógicas, principalmente da Eja, têm alargado as fronteiras nos contextos educacionais, pois, nestas discussões é enfatizado a questão das práticas pedagógicas voltadas pra este público deve considerar o que Paulo Freire contextualiza nas suas obras que são as vivências e saberes deste sujeito, portanto, acredita-se que esta prática potencializa o processo de ensino-aprendizagem (SOARES; PEDROSO, 2013).

A Educação de Jovens e adultos no Brasil está inserida nos pilares que envolvem uma sociedade que são eles, econômico, social e político, de acordo com Colavitto e Arruda.

A história da Eja insere-se num cenário econômico, social e político, onde a relação entre educação e trabalho está normalmente ligada uma a outra, [...] Ela começa a ter uma maior procura devido às necessidades políticas e exigências de uma nova sociedade. (COLAVITTO, ARRUDA, 2014, p. 3)

Neste contexto, esta nova sociedade como sujeitos de direito de certa forma exige da educação novas formas de ensinar também principalmente o aluno de Eja, que Segundo Strelhow (2010, p. 49) “é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional”, pois, trata daqueles que tiveram seu acesso à escola negligenciado, portanto, as questões pedagógicas devem levar em consideração as necessidades sociais, econômicas e políticas deste sujeito.

Portanto as concepções pedagógicas aliadas às práticas da Eja é um assunto de extrema importância nesta situação e que talvez represente dificuldade

para o professor na hora desta junção, pois, segundo Freitas, Lacerda e Gomes, (2007),

Os adultos trazem consigo uma história mais longa de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo, sobre si mesmos, e isso faz com que eles tragam diferentes habilidades e dificuldades (em relação à criança e ao adolescente) e, provavelmente maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem (p.4).

Importante ressaltar que os perfis dos alunos da Eja também mudaram, antes era composto por adultos trabalhadores, na atualidade ela atende também jovens cada vez mais, que foram excluídos do sistema regular de ensino.

A constituição da Eja é cercada por inúmeras concepções, que vem desde o início na década de 30 até atualidade quando se vivem todas as complexidades e desafios desta modalidade.

Enfim, ao tratar de concepções pedagógicas é impossível desvincular o assunto práticas pedagógicas, pois, segundo Freire, (1996, p.6) “[...] formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”.

Diante das questões colocadas acima, levanta-se algumas questões como: qual a capacitação específica do docente inserido neste contexto? Quais são as bases teóricas necessárias para esta formação? Como é refletida esta capacitação no processo de ensino-aprendizagem?

Neste sentido Mileto, reflete sobre a formação do professor quando diz que:

Igualmente, é necessário perceber os limites impostos pelos processos formativos relacionados com a preparação profissional dos docentes. Não se pode exigir o desenvolvimento de trabalhos pedagógicos que possibilitem a construção de uma consciência histórica, se aqueles de que deveriam dinamizar este processo não vivenciaram processos educativos capazes de ter efetuado previamente esta construção (MILETO,2008, p.5).

As complexidades nesta modalidade, demonstradas por meio da diversidade, implica nas práticas educativas no que diz respeito a sua finalidade, no modo como é tratada e o seu público, a diversidade também é apresentada por meio das instituições que atuam direta ou indiretamente deste processo, e por fim, a diversidade apresentada na figura do professor, neste processo de profissionalização.

Um das problemáticas da Eja já percebida na década de 40 e que até hoje é pauta das discussões, esta relacionado com a formação dos educadores inseridos neste cenário.

Soares (2008) traz um pouco do panorama da formação de educadores ao longo da história, que segundo ele a profissionalização do educador tem sido cada vez mais nuclear, ressalta também que na primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos sofreu críticas por não preparar adequadamente os professores para trabalhar com esta população lembrando que nesta época, em 1947, esta forma de ensino era baseada no voluntariado. Afirma ainda que no I Congresso Nacional de Educação de Adultos no Brasil:

Já eram ressaltadas as especificidades das ações educativas em diferentes níveis e se recomendava uma preparação adequada para se trabalhar com adultos. Passados mais de dez anos, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 19581, as críticas à ausência de formação específica para o professorado, assim como à falta de métodos e conteúdos pensados particularmente para a educação de adultos, tornaram-se ainda mais agudas, explícitas e generalizadas, (SOARES, 2008, p. 47).

As discussões e preocupações no I Congresso eram voltadas para a qualificação dos professores do Ensino Supletivo na época e a elaboração de material didático adequado para estes, entretanto, de acordo com Araújo et. al, (2014) “apesar de iniciativas como esta, a pobreza de uma concepção teórico-metodológica, para a área, ainda permaneceu durante muito tempo e, conseqüentemente, a não preocupação da formação de professor com perfil específico para atuar com adultos”.

A V CONFINTEA (1999) compartilha também sobre desta preocupação, quando se compromete a melhorar a formação de todos envolvidos na alfabetização, mas também levanta algumas questões e que até hoje não se tenha uma resposta concreta, referente às insuficiências de serviços oferecidos nesta área.

Outro fato levantado diz respeito à formação destes educadores no ensino superior que de acordo com Soares (2008) “ainda são tímidas” se comparadas a relevância com que a Educação de Jovens e Adultos tem tomada nos debates

educacionais, ou seja, são insuficientes para atender a demanda da Educação de Jovens e Adultos, fator que pode ser explicado pela complexidade que envolve a Eja.

Na análise feita por Machado (2000) sobre a formação recebida pelos professores, conclui-se que são por meio de cursos rápidos ou por treinamentos e que desta forma não atendem a demanda de Educação de Jovens e Adultos. Neste sentido, “há um desafio crescente para as universidades no sentido de garantir/ampliar os espaços para discussão da Eja, seja nos cursos de graduação, seja nos de pós-graduação e extensão” (MACHADO, 2000, p. 16).

Deve-se também ressaltar as constantes mudanças no mundo do trabalho e os impactos causados nos cidadãos e neste contexto a Eja tem como objetivo desenvolver competências e habilidades específicas que permitam a inserção e a mobilidade profissional. O que deve ser lembrado é que a educação criada por interesses políticos foi fundante da exclusão social e os mesmos interesses políticos continuam em busca de reforçar o sistema econômico imposto, onde não se tem lugar para todos.

Nestas circunstâncias, Arroyo (2010) destaca uma questão importante e comum na atualidade que é a história do trabalho do professor esta ausente dos cursos de pedagogia.

#### Libâneo complementa sobre a prática escolar

que consiste na concretização das condições que asseguram a realização do trabalho docente. Tais condições não se reduzem ao estritamente "pedagógico", já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade concreta que, por sua vez, apresenta-se como constituída por classes sociais com interesses antagônicos. A prática escolar assim tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno, técnicas pedagógicas etc. Fica claro que o modo como os professores realizam seu trabalho, selecionam e organizam o conteúdo das matérias, ou escolhem técnicas de ensino e avaliação tem a ver com pressupostos teórico-metodológicos, explícita ou implicitamente (LIBÂNEO, 1992, p.01)

Neste sentido o professor é ator importante neste processo, pois através de seus saberes pedagógicos, pessoais ou mesmo os adquiridos com a ciência da educação, é que vai nortear o caminho para o conhecimento e para um ensino libertador.

Segundo Rezende (2008), o professor estabelece saberes pedagógicos de acordo com suas condições econômicas, políticas, culturais e formativas, Freire (1996, p.13), complementa dizendo que

quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade (p.13).

O perfil do professor da Eja esta fundamentado na ampliação de suas competências e habilidades específicas para desenvolver uma boa prática pedagógica no seu trabalho (VIANA; SANCHES E MIRANDA, 2011). Porém, quando se afirma a questão acima não responde a indagação em relação ao perfil deste profissional, pois, ainda existem questionamentos em relação quais são estas competências e as habilidades específicas que devem ser desenvolvidas por este educador, obviamente a Eja é um campo pedagógico específico, logo, necessita de uma formação específica capaz de desenvolver estas competências e habilidades.

Entretanto o perfil do professor da Eja ainda é um tanto quanto inespecíficos uma vez que não existem parâmetros oficiais que delineiam o perfil deste profissional, o que pode ser atribuído ao fato de que não tem uma definição clara da Educação de Jovens e Adultos (SOARES; PEDROSO, 2013).

Neste sentido, esta questão vai ao encontro ao que Arroyo (2006, p.18) que o “perfil do educador de Eja e sua formação encontram-se ainda em construção”. Então, se não se tem um perfil já definido para o professor de Eja, quais seriam os meios para se chegar de fato a definição deste.

Soares; Pedroso (2013), afirmam que

se partirmos do pressuposto de que é fundamental reconhecer as especificidades da Eja, então se torna imprescindível reconhecer essas peculiaridades e, a partir delas, estabelecer os parâmetros para esse educador, e, conseqüentemente, uma política específica para a sua formação.(página??)

A este respeito Mileto (2008) traz nos seus estudos sobre as diferentes concepções da Eja. Ele elenca três tendências que são dominantes segundo ele que são: A “Eja na lógica do atalho”, “Eja como direito mutilado” e “Eja, desafios da construção coletiva”.

Eja na lógica do atalho tem como principais características a ênfase aos processos de certificação, não valoriza as experiências culturais dos alunos da Eja e aborda os processos de aprendizagem de forma individualista. Eja como direito mutilado diz respeito à preparação de mão-de-obra para as funções do mercado de trabalho muitas vezes precarizado. E a Eja na construção coletiva, por meio do diálogo, com práticas educativas democráticas (MILETO, 2008).

Não há dúvida que a prática educativa é um desafio para aqueles educadores que questionam a sua prática, buscando sempre levar o melhor para o seu educando. O homem adulto tem uma possibilidade maior de tomar consciência de si e do mundo e é nesta premissa que Paulo Freire, alfabetizava com seu método e até hoje a Eja tem como fundamentação o método Freiriano.

A partir das questões colocadas, atuar numa atuação dentro desta premissa requer considerações de algumas questões que serão abordadas.

Responsabilidade ética: dentro deste contexto o educador deve pensar sua prática como uma prática formadora, “A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática, jovens ou com adultos, que devemos lutar” (FREIRE, 1996,P.7-8).

Reflexão crítica sobre a prática: engloba a teoria/prática, que deve estar baseada na prática progressista, pois, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (ibidem, p.12), e quando o professor se compromete com esta prática ele recusa o ensino “bancário”.

Em suma, o professor deve estar alinhando com as questões existente sobre o ato de ensinar que exige do professor como, respeito a autonomia do educando, criticidade, aceitação do novo, reconhecimento e a assunção da identidade cultural, que o professor tenha em mente que ensinar não é transferir conhecimento. Se ensinar é uma especificidade humana, ela exige que o professor saiba escutar, comprometimento, tomada consciente de decisões, disponibilidade para o diálogo e querer aos educandos, são importantes principalmente para os professores da educação de jovens e adultos.

Outra questão que tem sido levantada é em relação ao currículo da Educação de Jovens e adultos, e para que este currículo seja efetivo ele deve considerar a realidade social do aluno.

Já é sabido que, os processos de alfabetização de adultos, enfrentaram e ainda vem enfrentando barreiras, neste sentido os programas de alfabetização propostos até hoje eles apresentaram dificuldades, “na adequação das propostas curriculares e metodológicas à faixa etária e ao perfil socioeconômico-cultural dos educandos, tenderam quase sempre à apresentação de propostas únicas para todo o país, desconsiderando as nossas múltiplas especificidades regionais” (OLIVEIRA, 2007, p.85).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos ainda tem um longo caminho a percorrer na busca pela sua emancipação, pois a Eja busca uma educação com novas metodologias que permitam ao ensino-aprendizagem e novas metodologias que façam sentido no dia-a-dia de quem está aprendendo e que contribua para uma educação “libertadora” onde os educandos tenham consciência do seu papel como sujeitos de direitos, ou seja, que seja uma prática de formação humana e não treino ou transferência de conhecimentos apenas, mas que possibilite a autonomia do coletivo e contribua para as transformações sociais.

Contudo, a pedagogia emancipatória considera o homem um sujeito de direito, entretanto, este direito geralmente é apenas pensado no âmbito jurídico com bastante ênfase que dá um conceito de que o sujeito de direito é aquele a quem a lei aplica o direito e as obrigações para aqueles a quem se pretende regular. E é dentro deste conceito que foi construída uma sociedade desigual cultural e social, pois, os detentores do poder pensaram nesta separação a fim de se fazer valer desta desigualdade.

Neste contexto a pedagogia exercida para a liberdade tem como objetivo empoderar o sujeito a ponto de ele mesmo refletir e questionar sobre os seus direitos referentes à educação, política entre outras, além do que o professor tem que questionar a sua prática, sabendo que a Eja é uma modalidade com especificidades diferenciadas com um público bem heterogêneo.

Isto leva a pensar em currículos diferenciados e que atendam a demanda dos alunos da Eja, compreender a Eja e o que a permeia, facilita neste trabalho.

Assim, defendemos uma formação que permita com que o professor consiga trabalhar com este público, e uma formação que seja atualizada sempre, pois, no mundo globalizado é preciso saber lidar com as mudanças e as exigências cada vez maiores, entretanto se o professor adota a pedagogia libertadora a relação é horizontal, onde quem ensina aprende e quem aprende ensina ao aprender.

Levar o método Freiriano de ensino para a sala de aula da Eja é se abrir para o novo, repleto de possibilidades de que por meio de diálogos o educando se encontre como sujeito de direito e resgate sua “identidade” por anos perdido, pela exclusão. E um sujeito de direito muda a sua realidade social e política.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens-adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, SECAD – MEC/ UNESCO, 2006. Formato eletrônico. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001493/149314porb.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: **Histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos**. Cairu em revista. Bahia, ano 3, n.4, p. 164-190, jul \ago 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Paulo Freire, educar para transformar: **fotobiografia**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 5692 de 11 de agosto de 1971**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 3.029. 09 de janeiro de 1881.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292p.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **LDB- Lei de Diretrizes e Bases a Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Atualizada em 19/03/2015. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional>>. Acesso em 10 de fev. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Manual de Formação Continuada em Educação de jovens e Adultos**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4208-anexo1-resolucao48&category\\_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4208-anexo1-resolucao48&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 26 de fev. 2016.

CABRAL, Laise do Nascimento; MARTINS, Daniel Campo. **Reflexões acerca das tendências pedagógicas e da prática educativa em geografia**. 10<sup>o</sup> Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. Porto Alegre, set. 2009.

COLAVITTO, Nathalia Bedran; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **Educação de Jovens e Adultos (EJA): A Importância da Alfabetização**. *Revista Eletrônica Saberes da Educação* – Volume 5 – nº 1 – 2014.

CIRIBELLI, M. C. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

FONSECA, Jussara Aparecida da. **Análise combinatória na educação de Jovens e Adultos: uma proposta de ensino a partir da resolução de problemas**. 2012. 178p. Trabalho final de mestrado profissional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Matemática. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática. Porto Alegre.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Erico Tadeu Fraga; et.al. **As Concepções de Educação de Jovens e Adultos Expressas no Regimento Escolar da Fundação de Ensino de Contagem-Minas Gerais**, p. 04, 2003. Disponível em: <[http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos\\_senept/anais/terca\\_tema6/TerxaTema6Artigo21.pdf](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo21.pdf)>. Acesso em: 14 de Nov. 2016.

FRIEDRICH, Márcia; et.al. **Trajatória da Escolarização de Jovens e Adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Rio de Janeiro, vol.18, n.67, p. 389-410, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. In: *Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1992.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Educação, Avaliação Qualitativa e Inovação**. Brasília: INEP/MEC, 2012, 30p. Disponível em: < [https://fasul.edu.br/portal/files/biblioteca\\_virtual/7/educaceoavaliaceoqualitativaeinovaceo.pdf](https://fasul.edu.br/portal/files/biblioteca_virtual/7/educaceoavaliaceoqualitativaeinovaceo.pdf). Acesso em: 14 de Nov. 2016.

MILETO, Luís Fernando Monteiro. **Diferentes concepções de EJA na formação e nas práticas de seus sujeitos**. 1<sup>o</sup> Seminário de Educação de Jovens e Adultos da PUC. Rio de Janeiro, out. 2008.

SAMPAIO, Marisa Narcizo. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. *Práxis educacional, Vitória da Conquista*, v.5n.7,p.13-27, jul.\dez.2009.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O educador de jovens e adultos e sua formação**. Educação em Revista, Belo Horizonte n. 47 p. 83-100, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. O educador de jovens e adultos e sua formação. Educação em Revista, Belo Horizonte n. 47 p. 83-100, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. *Revista Presença Pedagógica*, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Leôncio José Gomes (org). **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001493/149314porb.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Dialogicidade e a formação de educadores na EJA: **As contribuições de Paulo Freire**. Disponível em <>: Acesso em: 20 de jan. 2016.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010. Disponível em: < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05\\_38.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf) >. Acesso em: 20 de out. 2016.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA**. Curitiba, n.29, p.83-100, 2007.

PORCARO, Rosa Cristina. **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**. Universidade Federal de Viçosa. 2004.

PAIVA, Clotilde A; et.al. **Publicação crítica do recenseamento geral do império do brasil 1872**. Relatório provisório. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – NPHEd. CEDEPLAR. Disponível em: <  
[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)> Acesso em: 14 de nov. 2016.

QUEIROZ, Cecilia; MOITA, Filomena. **As tendências pedagógicas e seus pressupostos**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

VIANA, Edite Maria Sanches; SANCHES, Jaqueline de Sá Rampazzo; MIRANDA, Rosangla da Silva. **A identidade do aluno e do professor**. 2011. Disponível em: <  
<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2069->>. Acesso em: 04 de mar. 2016.